

# Celebração e visibilidade

## O Dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963)\*

*Paula Perin Vicentini\*\**

Este artigo analisa o processo de institucionalização do Dia do Professor no Brasil, celebrado em 15 de outubro desde 1933, identificando os diferentes significados assumidos pela data que se afirmou como uma forma de dar visibilidade ao magistério e de expressar diferentes concepções acerca da docência.

*PROFISSÃO DOCENTE; COMEMORAÇÕES; REPRESENTAÇÕES SOBRE O MAGISTÉRIO; MOVIMENTO DOCENTE; 1933-1963.*

This text analyzes the process of institution of Teachers' Day in Brazil, which is celebrated in October 15<sup>th</sup> since 1933. The different meanings of this date are identified from the perspective that it was an opportunity to give teachers' issues public visibility and to express different thoughts on teachers' work.

*PROFESSION; CELEBRATION; TEACHERS UNIONISM; 1933-1963.*

---

\* O presente texto constitui uma versão revista e ampliada do trabalho apresentado no GT de História da Educação durante a 26<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas – Minas Gerais – em outubro de 2003.

\*\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) tomou a iniciativa de festejar, no Brasil, o Dia do Primeiro Mestre em 15 de outubro, dando origem à comemoração do Dia do Professor que acabou por se consolidar como uma forma de dar visibilidade à categoria. A data passou a ocupar um lugar de destaque no movimento do magistério em prol de uma melhor remuneração e de maior reconhecimento social, tornando-se objeto das lutas travadas no campo educacional brasileiro para definir os valores e os comportamentos que lhes eram próprios. Diversas entidades e diferentes esferas do poder público procuraram atribuir à celebração um significado específico, quer seja através da natureza das atividades promovidas (missas, sessões solenes, entregas de medalhas, protestos, greves etc.), quer seja pelo conteúdo dos discursos proferidos, nos quais tanto os aspectos exaltados quanto os omitidos eram relevantes para identificar as concepções sobre a docência que estavam em jogo, quer seja ainda pela discussão sobre a pertinência desse tipo de celebração que colocava em evidência a controvérsia existente entre a recompensa simbólica e a financeira da profissão. Neste texto, reconstitui-se o processo por meio do qual a comemoração se institucionalizou no Brasil analisando as diferentes imagens do magistério que ganharam visibilidade nas múltiplas formas de celebrar a data, desde o seu surgimento, em 1933, sob o predomínio de uma visão fortemente idealizada da docência que exaltava o sacrifício e a abnegação daqueles que a exerciam e eram relegados ao esquecimento a despeito da nobreza de sua missão – até a deflagração da primeira greve do magistério paulista em 1963, justamente em 15 de outubro, a qual, além de procurar legitimar a idéia do docente como um profissional que necessitava ser remunerado condignamente, provocou uma mudança sobretudo na imagem tradicional da professora primária, pois incorporou às representações já consolidadas a seu respeito elementos relativos à sua participação em manifestações de rua<sup>1</sup>.

---

1. Convém explicitar aqui que se utiliza, neste trabalho, a noção de campo tal como a define Pierre Bourdieu (1983 e 1989): um espaço de lutas estruturado em torno de objetos de disputa em função dos quais se constituem regras de funcionamento e interesses específicos e no qual se estabelece a posição dos agentes e das institui-

Tal análise integra a pesquisa sobre a imagem social do magistério brasileiro entre 1933 e 1963, que realizou um contraponto entre as representações veiculadas acerca da docência por órgãos da grande imprensa – tomados como indicativos de uma visão externa da profissão – e as divulgadas por periódicos de entidades representativas de diferentes segmentos da categoria, numa tentativa de apreender a sua “heterogeneidade” (Enguita, 1991). Esta pretensão levou à escolha dos locais investigados, pois o movimento docente no antigo Distrito Federal (transformado no estado da Guanabara em 1960) e em São Paulo assumiu configurações distintas durante o período investigado em razão das diferenças quanto à presença da iniciativa oficial e privada em seus sistemas de ensino. No caso carioca, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, fundado em 1931 por iniciativa do magistério secundário particular, tinha um lugar de destaque na grande imprensa, sobressaindo-se pela sua atuação contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho da categoria. Em São Paulo, diferentemente, o CPP (Centro do Professorado Paulista), fundado em 1930 e vinculado ao professorado primário oficial, foi durante um período significativo a principal associação docente do estado. Nos anos 1940, com o crescimento da rede de ensino público, surgiram outras associações que alcançaram expressão no campo educacional, dentre as quais se destacou a APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo), que deu origem à APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), atualmente o sindicato da categoria<sup>2</sup>.

---

ções em decorrência do reconhecimento alcançado mediante as lutas pela legitimidade travadas no interior do próprio campo.

2. Tal pesquisa, desenvolvida em nível de doutorado, contou com o financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Os periódicos examinados foram: a *Revista do Professor* (1934 – 1965) – editada pelo CPP, a *Revista APESNOESP* (1961 – 1963), o *Boletim do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro* (1944 – [1945]) e o periódico que o sucedeu: a *Folha do Professor* (1959 – [1974]). Cabe informar que a entidade carioca teve várias denominações: Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal (1931), Sindicato dos

Evidentemente, o nível de organização e a expressão alcançada por certos segmentos do magistério através das suas associações eram determinantes nas lutas de representações, travadas para definir ou redefinir a identidade profissional da categoria. A esse respeito, as observações de Pierre Bourdieu são extremamente pertinentes, pois o autor observa que os critérios tidos como objetivos para delimitar uma identidade regional resultam de

*representações mentais* – [...] atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos – e de *representações objetivas*, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc.) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores [Bourdieu, 1996, p. 107].

desenvolvendo uma luta entre representações que correspondem a diferentes princípios de classificação e de divisão do mundo social (Bourdieu, 1996, p. 107). Convém aqui assinalar as possibilidades de aproximação desta concepção do mundo social com a que é apresentada por Roger Chartier, para quem o conceito de representação permite apreender:

Inicialmente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos, que visam a fazer reconhecer uma iden-

---

Professores do Distrito Federal (1932), Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro (1943) e, atualmente, Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio). A respeito da história das entidades mencionadas, no caso do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, ver Coelho (1988); sobre o CPP, Vicentini (1997) e Lugli (1997) e, acerca da APEOESP, Joia & Kruppa (1993) e Kruppa (1994).

Sobre a participação da iniciativa oficial e particular na expansão do sistema educacional de São Paulo e do antigo Distrito Federal (a partir de 1960, estado da Guanabara), ver: Beisiegel (1974), Sposito (1984), Matos (1985) e Santos (1994).

tidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma posição, um poder; enfim, as formas institucionalizadas pelas quais os representantes encarnam de modo visível [...] a força de uma identidade [Chartier, 1998, pp. 178-179].

Desse modo, para o autor, não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao [seu] mundo” (Chartier, 1991, p. 177).

É nessa perspectiva que se consideraram as representações veiculadas acerca da docência pelos periódicos das entidades representativas de diferentes segmentos do magistério que, numa tentativa de definir a identidade do grupo, articulavam os embates e as negociações entre valores e concepções que se pretendiam generalizar para a totalidade da categoria e acabavam por forjar a sua imagem, procurando difundi-la junto a diversos setores sociais em busca de uma melhor remuneração e de um maior prestígio. Evidentemente, tais entidades procuravam ganhar voz e visibilidade nos órgãos da grande imprensa, importantes não só para atrair a atenção da opinião pública para os problemas enfrentados pela categoria, mas também para divulgar a sua atuação em prol dos professores. Por outro lado, os jornais também tinham interesse em incluir (e manter) os professores entre os seus leitores através de seções especializadas em educação, cujo principal exemplo é a coluna “*Educação e Ensino*”, escrita por um professor (Elisiário Rodrigues de Sousa) por mais de 20 anos para o *Diário de S. Paulo*. A importância desse gênero de produção pode ser avaliada pela moção apresentada durante o X Congresso da APESNOESP reivindicando que os jornais mantivessem seções educacionais sob a responsabilidade de docentes para que divulgassem “informação das entidades de classe”, a fim de evitar que se disseminassem “falsas idéias sobre a realidade da Escola Pública” (*Revista APESNOESP*, ano I, n. 1, p. 15, 1961).

A esse respeito, convém observar que as relações que os agentes do campo educacional estabeleciam com o campo jornalístico dependiam não só de sua posição na hierarquia do sistema de ensino ou nas esferas de representação do movimento docente, mas também da orientação

política e ideológica dos jornais. Desse modo, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro tinha como o seu principal porta-voz o jornal *Última Hora*, cuja vinculação com o trabalhismo é amplamente conhecida, ao passo que o CPP – que exercia uma posição de liderança no movimento de organização do magistério paulista e cujos dirigentes ocupavam postos de comando no sistema de ensino – tinha amplo destaque nos jornais diários, gerando, após a greve de 1963, a crítica de alguns leitores da *Folha de S. Paulo* contra a sua predileção pelo professorado primário. É importante assinalar aqui que esta situação se inverteu a partir do final dos anos 1970, quando a configuração do movimento docente paulista alterou-se com a ascensão da APEOESP após as greves de 1978 e 1979, fazendo com que o CPP reclamasse da sua exclusão do noticiário da *Folha* (Lugli, 1997). Assim, a grande imprensa, além de fornecer indícios sobre o prestígio da categoria (ou melhor, de seus segmentos) junto aos grupos responsáveis pelos jornais examinados, constituía um veículo importante na produção da imagem pública dos docentes por se tratar de uma mídia externa ao campo educacional e de ampla circulação.

A fim de obter uma visão multifacetada acerca das formas de representação do magistério na grande imprensa, examinaram-se três jornais de perfis distintos de São Paulo e três do Rio de Janeiro, no período relativo ao Dia do Professor (de 10 a 17 de outubro de cada ano). No caso paulista, escolheram-se os dois principais jornais do estado na atualidade: *O Estado de S. Paulo* (fundado em 1875 com o nome de *A Província de S. Paulo*) – no dizer de Capelato e Prado, “defensor dos postulados liberais” e tido como “órgão modelar da opinião pública” (1980, p. XIX) – e a *Folha da Manhã* (1925-1960) / *Folha de S. Paulo* – voltada para as camadas médias. Além disso, examinou-se o matutino da empresa de Assis Chateaubriand – o *Diário de S. Paulo* (1929-1979) – que publicava a coluna “*Educação e Ensino*”, mencionada anteriormente. No caso do Rio de Janeiro analisou-se um dos seus principais jornais atualmente, *O Globo* (1925), pertencente à família Marinho, pois o *Jornal do Brasil* (1891) já havia sido estudado por Ferreira (1998), embora sem a intenção de historiar a origem da comemoração e de analisar as suas significações. Por isso, optou-se pelo *Correio da Manhã* (1901-

1974) que “foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um *jornal de opinião*” e pelo *Última Hora* (1951-1971), fundado por Samuel Wainer que introduziu “uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil” (Leal & Flaksman, 1984).

Cabem aqui algumas observações sobre as especificidades das práticas de leitura próprias desse tipo de mídia, de consumo rápido, que conta não só com leitores regulares, cuja familiaridade com a organização interna dos jornais altera a natureza da recepção do seu conteúdo, mas também com leitores esporádicos e com aqueles “que não lêem os jornais e os captam somente pelas manchetes, como num cartaz”, aumentando “o valor ‘relativo’ de todas as informações” localizadas no seu interior (Morin, 1961, p. 90). Nesse sentido, vale lembrar a importância do *suporte do texto* que, segundo Chartier, abrange as características advindas “da passagem [...] a impresso”, presentes nas disposições tipográficas, na diagramação das páginas, na utilização de fotos e de outros recursos gráficos mediante os quais se organiza a leitura a ser realizada. No dizer do autor, “é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor” (Chartier, 1990, p. 127). Embora durante o período estudado a organização das matérias dos jornais, com o auxílio de recursos tipográficos para facilitar a sua leitura, ainda estivesse se consolidando no Brasil e oscilasse muito de um órgão para outro, é inegável a importância dos mecanismos por meio dos quais se procurava despertar a atenção para determinadas questões, tais como as manchetes, as chamadas na primeira página e as fotografias que se disseminaram na grande imprensa brasileira a partir do final dos anos 1950. Nesse sentido, convém notar a importância das formas de representação visuais, cuja recepção é mais imediata do que a do texto e que foram objeto de meu doutorado, mas que não serão analisadas aqui<sup>3</sup>.

---

3. Sobre as características da grande imprensa brasileira durante o período investigado, ver Sodré (1966), Abreu (1996) e Taschner (1992).

Ao se tornar objeto do noticiário da grande imprensa, merecendo muitas vezes o destaque da primeira página, da representação fotográfica e dos editoriais, a celebração do Dia do Professor afirmou-se como um modo de dar visibilidade ao magistério, assegurando-lhe um espaço não só para divulgar os festejos da data, mas também para explicitar os problemas enfrentados pela categoria e os embates travados para legitimar diferentes concepções sobre a profissão. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de comparação entre o caso português e o brasileiro, convém observar que, em Portugal, o Dia do Professor – segundo Nóvoa – foi instituído durante o Estado Novo como uma forma de solucionar a ambigüidade da política adotada com relação ao magistério, marcada pela aparente contradição entre a “desvalorização do estatuto da profissão docente e [...] [a] dignificação da imagem social do professor” (1992, p. 496). Já no Brasil tal iniciativa partiu de uma associação docente católica e o seu reconhecimento oficial se deu durante a vigência do regime democrático no país. Apesar de diferentes esferas do Estado procurarem se apropriar da comemoração, tal medida – no caso paulista – foi fruto de um movimento empreendido por entidades representativas do magistério secundário e particular que a consideravam uma forma de tornar a atividade docente reconhecida socialmente, mas que, a partir do final dos anos 1950, passaram a utilizar a data como um marco nos protestos contra a baixa remuneração.

Antes de analisar a pluralidade de significados que caracterizou o Dia do Professor no Brasil, convém evocar a reflexão de Mona Ozouf (1976) sobre as possibilidades de interpretação advindas da incorporação da festa como objeto da história, sem deixar de chamar a atenção para os equívocos aos quais esta incorporação está sujeita. Ao seu ver, “não existe festa sem reminiscência; repetição do passado, frequentemente anual, a festa traz consigo uma memória que é tentador tomar como tal. Prenúncio do futuro, a festa fornece, por outro lado, como que uma aproximação deste. Suscita uma simulação do futuro que o historiador tem a boa fortuna de poder comparar com o futuro real”. Tal vinculação com o tempo pode levar ao equívoco de se considerar a repetição presente na festa como “uma repetição consciente de si própria em que o passado celebrado seria reconhecido por aquilo que é, manti-

do à distância e analisado”. Também se corre o risco de “tomar como tal o ensaio de futuro” que a festa inclui, sem se levar em conta que “o princípio representado pela festa é muito freqüentemente apenas uma novidade ilusória, o reinício de um gesto exemplar; é na repetição que se fundamenta a esperança” (Ozouf, 1976, p. 217). Embora a autora prossiga a sua reflexão tendo em vista as interpretações existentes sobre as festas revolucionárias francesas, cujas circunstâncias históricas que as fizeram emergir, bem como a sua amplitude sejam extremamente diferentes dos festejos do Dia do Professor no Brasil, penso que as suas observações são de grande relevância para a presente análise, pois as relações da comemoração examinada aqui com o tempo mostraram-se fundamentais para a compreensão dos seus diferentes significados e das representações veiculadas acerca da profissão docente. Nesse sentido, foi possível constatar que a relação com o tempo poderia dividi-las entre as que constituíam uma imagem de professor (ou melhor, de professora), cuja forte idealização fazia com que ela parecesse ultrapassar os limites temporais do período estudado e as que procuravam romper com a imagem tradicional da docência, introduzindo elementos novos que eram as marcas de um momento em que se deu visibilidade à participação da categoria em atos públicos contra a desvalorização salarial, cujo ápice foi a primeira greve geral do magistério paulista em 1963<sup>4</sup>.

## 1. Os percursos da comemoração

### *a) O Dia do Primeiro Mestre: uma iniciativa católica*

Em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) festejou o Dia do Primeiro Mestre com uma missa e uma sessão cívica realizada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, ten-

---

4. Sem a pretensão de ser exaustiva, considero relevante mencionar aqui estudos produzidos no âmbito da história da educação brasileira que tiveram como objeto outros gêneros de comemoração, tais como os de Circe Bittencourt (1990), Cynthia Greive Veiga e Maria Cristina Gouveia (2000), Moysés Kuhlmann Júnior (2001).

do como referência a data da “primeira lei sobre o ensino primário no Brasil”, marcada pela aliança entre o Estado e a Igreja no país, pois em 15 de outubro de 1827 o Senado do Império criou as escolas de primeiras letras e designou um vigário para as paróquias existentes no Brasil. Tal idéia partiu do presidente da APC-DF (Everardo Backheuser) que atuou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, após a sua reconversão ao catolicismo em 1928, engajou-se na arregimentação do magistério católico mediante a fundação da APC-DF neste ano e de outras entidades congêneres que, em 1933, deram origem à Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Segundo Marta Carvalho, os fundadores da CCBE haviam militado na ABE juntamente com os reformadores durante os anos 1920, sem apresentarem divergências quanto ao projeto apregoado pela entidade que se notabilizou com a organização das Conferências Nacionais de Educação, mediante as quais conquistou legitimidade para opinar sobre questões pedagógicas. Após a Revolução de 1930, a possibilidade de interferir efetivamente nos rumos da política educacional transformou os aliados da década anterior em rivais que passaram a disputar “o controle do aparelho escolar”, com o intuito de implantar um “projeto de unificação e homogeneização nacional, que se montava preponderantemente através da constituição e da consolidação da hegemonia cultural”. Este embate – ao seu ver – ocorreu, sobretudo, “no campo doutrinário da pedagogia, no qual se disputava o controle ideológico do professorado”, tendo em vista normatizar as práticas escolares e viabilizar a sua proposta de reforma social (Carvalho, 1989, pp. 33-34)<sup>5</sup>.

Em meio à tentativa de congregar em âmbito nacional o magistério católico, a APC-DF lançou um apelo para que tal comemoração ocorres-

---

5. “O nosso primeiro mestre: as comemorações de anteontem”, *Correio da Manhã*, 17 out. 1933, Primeiro caderno, p. 2. Com relação à CCBE, cabe informar que, segundo Barreira, a entidade em 1934 “coordenava 40 APCS, arregimentando mais de 300 colégios católicos, espalhados pelo território nacional. Esses colégios reuniam 60 mil alunos e cerca de 6.200 professores” (1999, p. 179). Sobre a ABE, ver Marta Carvalho (1986) e a respeito das disputas entre católicos e reformadores, ver também Azevedo (1976).

se em todo o Brasil e a população expressasse a sua gratidão ao primeiro professor, visitando-lhe, enviando-lhe flores ou um cartão de felicitações e, no caso de ele estar morto, depositando flores em seu túmulo. Em São Paulo, o Centro de Cultura Intelectual divulgou tais instruções e promoveu uma série de atividades nesse sentido: missa, concentração de estudantes em frente à Escola Normal, festival em homenagem aos mestres mais velhos da cidade e visitas aos professores doentes. Também atendeu ao apelo da APC-DF a Liga do Professorado Católico de São Paulo que, desde 1920, festejava no mesmo dia Santa Teresa d'Ávila – patrona da entidade por ser “a grande doutora da Igreja” – que, a partir de 1949, começou a ser designada nos jornais paulistas “padroeira do magistério”. Em 1933, além da missa na igreja de São Bento em sua homenagem, a Liga convocou toda a população do estado de São Paulo a procurar quem lhe “ensinou a ler” para homenageá-lo e, com a autorização do Diretor Geral do Ensino, promoveu um concurso sobre o primeiro mestre entre os diretores de grupos escolares, professores de escolas isoladas e particulares e também entre alunos do terceiros e quartos anos, cujos melhores trabalhos seriam publicados em seu órgão informativo: a revista *Anchieta* (1933–1934). Ao contrário da Liga, cujos festejos continuaram a figurar na grande imprensa paulista, a APC-DF apareceu apenas mais uma única vez no noticiário carioca sobre a data. A partir dos anos 1940, outras entidades representativas do magistério começaram a celebrar a data e, em São Paulo, organizaram um movimento pela sua oficialização<sup>6</sup>.

### *b) A oficialização da data*

Nos anos 1940, a comemoração do Dia do Professor voltou à cena em 1947, com as atividades da “comissão [...] pró-oficialização do Dia do Professor” que procurou divulgar a comemoração junto à grande

---

6. “Será solenemente comemorado hoje, nesta cidade, o Dia do Mestre. O programa elaborado”, *Folha da Manhã*, 15 out. 1933, Primeiro caderno, p. 15. “Nosso primeiro mestre”, *O Estado de S.Paulo*, 15 out. 1933, Primeiro caderno, p. 5.

imprensa, à rádio, às autoridades escolares e aos parlamentares e recebeu a adesão do Sindicato do Ensino Primário e Secundário, do Sindicato do Ensino Comercial, da APESNOESP, da União Paulista de Educação (UPE) – presidida à época por Sólon Borges dos Reis – e da Sociedade Beneficente de Professores e Auxiliares de Administração, sem nenhuma menção ao CPP. O Sindicato dos Professores Secundários de Campinas, particularmente, realizou uma missa, um almoço, uma romaria ao Cemitério da Saudade para reverenciar os professores falecidos – o que passou a ser uma tradição para a entidade nos anos subsequentes. Sem nenhuma referência à iniciativa da APC-DF, a UPE, na ocasião, veiculou instruções bastante semelhantes às divulgadas pela associação carioca em 1933, fazendo um “apelo ao povo”

no sentido de que cada cidadão dedique um instante desse Dia do Mestre, ao professor ou professora, que lhe ensinou as primeiras letras, ou que maior influência haja exercido na formação de sua personalidade. Aqueles que desejam atender este apelo da União Paulista de Educação, prestigiando o trabalho de educadores [...], deverão fazer uma visita ou escrever uma carta ao seu antigo mestre. No caso do professor já ter falecido, a homenagem poderá ser prestada através de uma prece em sua memória<sup>7</sup>.

Em 1948, o governador Adhemar de Barros declarou feriado escolar “a data de 15 de outubro, considerada o Dia do Professor” (lei n. 174, de 13/10/48) e, a partir de então, começaram a surgir notícias sobre as solenidades organizadas por grupos escolares, escolas normais, ginásios e colégios, que contavam com “sessões lítero-musicais”, missas, conferências, homenagens a velhos mestres ou mediante a entrega de medalhas e de “diplomas de honra”. Ao noticiar os festejos que pela primeira vez tiveram caráter oficial em São Paulo, a *Folha* destacou a cerimônia organizada pela Liga do Professorado Católico em homena-

---

7. “Dia do Professor: as comemorações de amanhã na capital”, *O Estado de S. Paulo*, 14 out. 1947, p. 7. “Campinas: Comemorações do Dia do Professor”, *Folha da Manhã*, 15 out. 1947, Segundo caderno, p. 4.

gem ao Jubileu de Ouro dos mestres formados há 50 anos e o almoço promovido pelo Sesi (Serviço Social da Indústria) numa de suas cozinhas distritais que se tornou tradicional durante período estudado e que era amplamente divulgado pela grande imprensa em matérias com várias fotos do evento. Em São Paulo, após o reconhecimento oficial, o Estado ora se esforçando para “abrilhantar” os festejos em homenagem ao magistério, ora deixando a data cair no esquecimento, fez com que o Dia do Professor tivesse diferentes significados no âmbito da luta da categoria por melhores vencimentos e maior prestígio social. Em 1960, criou-se o título de Mestre do Ano – entregue ao governador Carvalho Pinto num grande evento no Ibirapuera e, em 1961, a Dorina Gouveia Nowill, deficiente visual e presidente da Fundação do Livro do Cego no Brasil. Sem ter sido realizada em 1962, último ano de seu mandato, a sua entrega foi retomada em 1963 (ano da primeira greve do magistério paulista), reverenciando os professores mais velhos do estado<sup>8</sup>.

Diferentemente, o noticiário da grande imprensa carioca sobre o feriado escolar de 15 de outubro caracterizou-se pela polêmica que tal determinação gerou nas escolas particulares, evidenciando os conflitos existentes entre os professores e os proprietários dessas instituições. A discrepância entre o que se pagava aos colégios e o número de aulas recebidas motivou a crítica de *O Globo*, publicada na primeira página em 1951:

Dia da Criança – feriado escolar. Dia do Professor – feriado escolar. Mais duas folgas, portanto, dentro de apenas uma semana, que é somente de cinco dias nos colégios. Resultado: estuda-se seis meses no Brasil e paga-se um ano inteiro [...]. Mas não seria melhor que no Dia da Criança – estudassem mais

- 
8. “Governo do Estado: feriado escolar”, *Folha da Manhã*, 14 out. 1948, Segundo caderno, p. 5. “Significativas solenidades assinalaram ontem o transcurso do Dia do Professor”, *Folha da Manhã*, 16 out. 1948, Primeiro caderno, p. 3. “Enaltecido o magistério com a homenagem ao Mestre do Ano”, *Folha de S.Paulo*, 16 out. 1960, p. 15. “A Mestra do Ano receberá seu título depois de amanhã. Dorina Gouveia Nowill”, *Folha de S.Paulo*, “Educação”, 12 out. 1961, p. 8. “Homenagem do Professorado”, *Folha de S.Paulo*, “Educação”, 16 out. 1963, p. 6.

os estudantes, numa grande festa do espírito? E que no Dia do Professor – ensinassem mais os professores, em homenagem à própria e alta missão que lhes é conferida?<sup>9</sup>

O *Correio da Manhã*, ao contrário, criticou (em 1953) o não cumprimento, por parte dos proprietários de escolas privadas, da lei que decretou o dia 15 de outubro feriado escolar. Esta questão reapareceu cerca de dez anos depois, quando os diretores de colégios particulares, incluindo o secretário da Educação no governo de Carlos Lacerda (Flexa Ribeiro), ameaçaram obrigar os professores a trabalharem como represália às suas reivindicações salariais, o que não foi possível graças ao decreto do então presidente João Goulart declarando o dia 15 de outubro feriado escolar em todo o Brasil. Além disso, o ministro da Educação participou da comemoração organizada pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. No caso carioca, o predomínio da rede de ensino particular fez com que a instituição do feriado do Dia do Professor desempenhasse um papel central nos embates travados entre o Sindicato dos Professores e os proprietários dos colégios, evidenciando as diferenças entre as diversas esferas do poder público quanto à gestão dos conflitos trabalhistas dos docentes do ensino particular<sup>10</sup>.

A partir de 1951, os jornais cariocas passaram a divulgar os festejos do Dia do Professor promovidos pela Câmara de Vereadores e pelo executivo municipal, estadual (a partir de 1961) e federal. Após a criação do estado da Guanabara, algumas Administrações Regionais passaram a comemorar a data, oferecendo aos professores “um Sorvete Amigo”, descontos em cinemas e uma missa. O Ministério da Educação lançou em 1956 o concurso que ficou conhecido como “Concurso Dia do Professor – embaixada da França”, destinado aos docentes do ensino mé-

---

9. “Feriados escolares...”, *O Globo*, 15 out. 1951, Primeira Página.

10. “O Dia do Professor”, *Correio da Manhã*, 14 out. 1953, Primeiro caderno, p. 6. “Professores festejam o seu dia com feriado”, *Última Hora*, 15 out. 1963, Primeiro caderno, p. 2. Quanto ao feriado escolar no *Dia do Professor*, cabe informar que foram localizadas em outros anos (1954, 1956, 1958 e 1959) referências a portarias nesse sentido.

dio, cujo prêmio seria um estágio de três meses no Centro Internacional de Sevrès, na França e sobre o qual há referências até 1960. Em 1958, o ministro Clóvis Salgado instituiu a Semana do Professor e a grande imprensa passou a veicular a mensagem da União dos Professores Primários do Distrito Federal – transformada na União dos Professores Primários do Estado da Guanabara –, cujo conteúdo (todos os anos) enaltecia o caráter sacerdotal da docência. Já o Sindicato dos Professores – que realizava uma “assembléia geral comemorativa da data” com uma “mesa de doces” ou um coquetel – em suas declarações denunciava os baixos salários e as péssimas condições de trabalho<sup>11</sup>.

Simultaneamente às iniciativas oficiais e das entidades representativas de diferentes segmentos do magistério, instituições sem vínculo direto com o campo educacional engajaram-se na comemoração do Dia do Professor. O *Última Hora* realizou inúmeros concursos a propósito da data que contribuíram para que ela se difundisse, dentre os quais cabe destacar aqui a eleição em 1951 do Patrono do Professorado Carioca, entre grandes vultos do magistério já falecidos (Anchieta, Rui Barbosa, D. Pedro II, Abílio Cesar Borges, Ernani Cardoso e Benjamin Constant). José de Anchieta foi eleito com 26.641 votos dos 86.561 apurados. A eleição do jesuíta pode ser considerada um indicativo da influência da Igreja Católica junto aos participantes do concurso, incluindo as alunas das duas escolas normais oficiais do Distrito Federal (o Instituto de Educação e a Escola Normal Carmela Dutra), das quais se esperava o voto em Benjamin Constant. A simbologia de sua figura, evidentemente, remetia para uma concepção sacerdotal da docência em que sacrifício, abnegação e dedicação se associavam na descrição de um mestre exemplar<sup>12</sup>.

- 
11. “Crítica na Assembléia Legislativa a indiscriminada criação de escolas médias”. *Folha da Manhã*, “*Ensino e Magistério*”, 12 out. 1956, Assuntos especializados, p. 17. “Alunos homenagearam (com flores) seus professores: Dia do Mestre”, *Última Hora*, 17 out. 1960, Primeiro caderno, p. 2. “Iniciadas as comemorações da Semana do Professor”, *Correio da Manhã*, 10 out. 1958, Primeiro caderno, p. 12.
12. “Patrono do Professorado Carioca”, *Última Hora*, 11 out. 1951, Primeiro caderno, p. 9; “Vence Anchieta para Patrono”, *Última Hora*, 27 nov. 1951, Segundo caderno, p. 1.

Nesse sentido, convém assinalar o papel da grande imprensa na divulgação do Dia do Professor, pois as iniciativas desse gênero, assim como o noticiário acerca dos festejos de 15 de outubro e os comentários a seu respeito, contribuíram para que a data fosse incorporada pelo imaginário coletivo. Em contrapartida, o engajamento dos jornais na divulgação da comemoração também coloca em discussão as relações entre o campo educacional e o jornalístico, evidenciando tanto a influência das instituições interessadas na sua difusão junto aos responsáveis pelo conteúdo dos jornais quanto a representatividade do magistério como um segmento de leitores em potencial que deveriam ser cultivados e mantidos. Entretanto, no Rio de Janeiro, somente no início dos anos 1960 foi possível constatar uma maior projeção da data, ganhando o interesse de instituições sem vínculo direto com o campo educacional: o Rotary Clube da Tijuca, a Liga de Defesa Nacional (LDN), o Lion's Club da Tijuca e a Associação do Comércio e Indústria da Zona Sul. Assim, o reconhecimento oficial da comemoração deu origem a cerimônias promovidas pelos poderes públicos e por outras instituições, que homenageavam professores tidos como exemplares e exaltavam a dedicação e a abnegação com que a categoria realizava a sua “nobre missão”, mas no final dos anos 1950 a data passou a incluir os protestos contra os baixos salários e os problemas do seu estatuto profissional<sup>13</sup>.

### *c) O Dia do Professor e a luta por melhores salários*

Em São Paulo, as associações docentes, a partir do final dos anos 1950, passaram a utilizar a data para protestar contra a política governamental, não participando das cerimônias oficiais a fim de explicitar a sua dissociação do Estado. Ao mesmo tempo em que tais entidades luta-

---

13. “Homenagem aos mestres em almoço do Rotary Clube da Tijuca”, *Correio da Manhã*, 13 out. 1960, Primeiro caderno, pp. 2 e 8. “Liga de Defesa Nacional comemora terça o Dia do Professor”, *Correio da Manhã*, 15 out. 1961, Primeiro caderno, p. 9. “Dia do Professor será comemorado pela Liga de Defesa Nacional”, *Correio da Manhã*, 12 out. 1962, Primeiro caderno, p. 2. “Comemorado na GB Dia do Professor”, *Correio da Manhã*, 16 out. 1963, Primeiro caderno, p. 2. “Dia do Mestre”, *Correio da Manhã*, “*Ensino*”, 10 out. 1964, Segundo caderno, p. 7.

ram na década de 1940 para que a data fosse reconhecida oficialmente, com o intuito de melhorar o estatuto profissional do magistério, ao constatarem que esta medida não contou com uma contrapartida material relativa à sua remuneração elas passaram a utilizá-la para expressar as suas insatisfações, elegendo-a como marco para as campanhas reivindicatórias. Instaurou-se, portanto, entre o Estado e as associações docentes uma disputa para apropriar-se da comemoração e atribuir-lhe diferentes sentidos, tanto para o movimento docente quanto para a imagem social dos professores.

Em 1956, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário solicitou que, em 15 de outubro, houvesse aulas nas escolas privadas para compensar a greve realizada em setembro, em protesto contra as alterações do Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM)<sup>14</sup>. Em 1958, o Sindicato e a APESNOESP resolveram não participar das comemorações oficiais do Dia do Professor. Ao divulgarem sua decisão, tais entidades anunciaram um programa próprio para a data e ironizaram a atitude do ministro em instituir a Semana do Professor, apontando a contradição entre a tentativa de mostrar o apreço aos professores e o descaso quanto à sua remuneração, ressaltando que os alunos e as suas famílias sempre externaram a sua gratidão à categoria:

O Sr. Clovis Salgado [Ministro da Educação], enquanto procura burlar o cumprimento de um diploma legal, que assegura ao professor um mínimo de condignidade da remuneração, determina por um ato ministerial que se exalte este ano mais do que nunca o papel de relevância que têm os professores, recomendando, ainda, num arroubo de ternura de magnanimidade, que as comemorações não se realizem num único dia, mas durante toda a semana, como se os professores – ainda que reconheçam o sacerdócio dos seus misteres – pudessem viver de flores e discursos. Muito platônico e generoso o Sr. Ministro da Educação<sup>15</sup>.

- 
14. “Criticada na Assembléia Legislativa a indiscriminada criação de escolas médias”, *Folha da Manhã*, “*Ensino e Magistério*”, 12 out. 1956, Assuntos especializados, p. 17.
  15. “O magistério de São Paulo e as comemorações do Dia do Professor”, *Folha da Manhã*, “*Ensino e Magistério*”, 10 out. 1958, Assuntos especializados, p. 5.

Tal decisão teve o apoio da União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES), da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União dos Estudantes Secundários Paulistas (UESP) como atesta o seguinte comunicado, assinado por Daniel Marun Filho, Babajara da Silva Firpo e Joaquim Lima Neto:

Os estudantes paulistas, ciosos de seus deveres, repudiam recomendações oficiais para prestar nessa significativa data as homenagens mais carinhosas e espontâneas a que fazem jus os nossos mestres, de cujas amarguras e decepções compartilhamos, lamentando que os poderes públicos não lhes dêem e merecido respeito e tratamento compatível com a elevada função social que desempenham na formação intelectual, moral e cívica da mocidade brasileira<sup>16</sup>.

A Secretaria da Educação acabou por cancelar as atividades previstas para o Dia do Professor devido à morte do Papa Pio XII, o que levou tais entidades a atribuírem tal atitude ao “receio do insucesso nas festividades oficiais”. Em 1961, a APESNOESP realizou uma concentração diante da estátua de Anchieta para homenagear o seu presidente (Raul Schwinden), “dissociando-se da homenagem oficial à Mestra do Ano”, pelo fato de ele ter sido afastado do cargo de diretor superintendente do Instituto de Educação Caetano de Campos devido à sua atuação no comando da entidade. Em 1963, com a iminência da greve de toda a categoria, as associações docentes, inclusive o CPP, declararam luto no Dia do Professor, recusando-se a participar das “homenagens oficiais [...] diante da situação desesperada em que se encontra a classe em geral, não só quanto à remuneração, mas especialmente pela forma como vem sendo tratada pelo Governo do Estado”<sup>17</sup>.

---

16. “Os estudantes secundários e o Dia do Professor”, *Diário de S. Paulo*, “Educação e Ensino”, 11 out. 1958, Segundo caderno, p. 9.

17. “Por causa da morte do papa foram suspensos os festejos do Dia do Professor”, *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 1958, p. 10. “Numerosos festejos assinalarão a passagem do Dia do Professor”, *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1960, p. 10. “A Mestra do Ano receberá seu título depois de amanhã. Dorina Gouveia Nowill”, *Folha de S. Paulo*,

No Rio de Janeiro, o Dia do Professor também passou a ter um caráter de protesto, ainda que de forma menos contundente, pois o Sindicato dos Professores sempre aproveitava a data para denunciar a baixa remuneração da categoria e as péssimas condições de trabalho dos professores nos estabelecimentos particulares de ensino. Em razão da combatividade do Sindicato, a comemoração da data em 1964 foi obscurecida pela perseguição às suas lideranças. Sob o título bastante eloquente “Terrorismo enluta Dia do Professor”, o *Correio da Manhã* noticiou que, apesar de cerca de 2.500 pessoas terem sido convidadas, o coquetel oferecido pela entidade teve apenas 50 pessoas presentes devido “ao terrorismo cultural e conseqüente afastamento de seus filiados”. O presidente interino da entidade informou que seriam realizadas assembléias para decidir a atitude a ser tomada com relação aos professores expurgados pelo Ato Institucional, exaltando a importância do movimento sindical e denunciando a demissão de professores atuantes na entidade:

Apesar da suspensão das liberdades democráticas no país, o Dia do Professor tem que ser sempre um dia de festa, pois a educação e a cultura são elementos fundamentais de sociedade, mais do que a violência e a força [...]. É o momento de todos os professores particulares se unirem em torno do nosso sindicato para reivindicar um substancial aumento de salário para 1965, pois o que se vê dia a dia são os proprietários de colégios se enriquecerem ainda mais e a vida dos professores se tornar cada vez mais difícil<sup>18</sup>.

A comemoração do *Dia do Professor* no Brasil teve início, portanto, com uma proposta da APC-DF, tendo como referência a data de uma lei do império que criou o ensino primário no país e esteve vinculada aos rituais católicos – como por exemplo, a missa – que posteriormente também se fizeram presentes nas cerimônias oficiais. Em sua origem, tal celebração tinha unicamente um caráter afetivo ao pretender criar uma

---

“Educação”, 12 out. 1961, p. 8. “Homenagem do Professorado”, *Folha de S. Paulo*, “Educação”, 16 out. 1963, p. 6.

18. “Terrorismo enluta Dia do Professor”, *Correio da Manhã*, 16 out. 1964, Primeiro caderno, p. 10.

oportunidade para que as pessoas demonstrassem seu reconhecimento a quem lhe ensinou a ler e a escrever e que era geralmente relegado ao esquecimento e ao anonimato. Embora o seu caráter afetivo tenha permanecido no decorrer do período examinado, o Dia do Professor ganhou novos significados ao ser incorporado por outros segmentos do magistério e da sociedade, tornando-se uma comemoração oficial a partir de 1948 e, posteriormente, desempenhando um papel importante nos protestos da categoria contra os baixos salários que se intensificaram a partir de meados dos anos 1950.

## 2. A simbologia do Dia do Professor: entre “o princípio de uma nova era” e o “vazio das belas palavras”

*Cresceram e ocuparam grandes áreas do território nacional as florestas do Brasil, no tempo em que não havia o seu culto simbólico no Dia da Árvore. A criança era outrora robusta e sadia; tinha leite para beber [...]; isso antes de lhe consagrarem o Dia da Criança. O professor era no cenário nacional [...] uma figura respeitável e acatada, antes do Dia do Professor. “Hoje que temos o Dia da Criança, a mortalidade infantil assumiu raias inconcebíveis numa sociedade civilizada; as árvores estão sendo devastadas [...] desde que no calendário começou a figurar o Dia da Árvore; e finalmente o ensino e seus artífices nunca se encontraram em situação tão crítica como depois que lhe atenderam à sagração pública, através do Dia do Professor. [...] “Que o professor, hoje erigido em verdadeira peça do Estado, não desapareça em voragem de sua consagração.*

*“O Dia do Professor”, Correio da Manhã, 15 out. 1944, Primeiro caderno, p. 4.*

Neste artigo de 1944, o *Correio* opôs-se às celebrações do gênero do Dia do Professor, associando-as à degradação do que ela pretendia cultivar simbolicamente e estabelecendo uma divisão entre um passado extremamente positivo e um presente desolador. De conteúdo singular,

pois destoava de outros textos publicados no mesmo período que elogiavam esse tipo de iniciativa, tal argumentação antecipou, em alguma medida, a questão central do debate promovido na grande imprensa paulista sobre o Dia do Professor que ora afirmava a sua necessidade, ora apontava o vazio das “belas palavras” dedicadas aos mestres nesta ocasião, tendo-se em conta o seu baixo salário, oscilando entre a total vinculação destes dois aspectos e a desqualificação das atividades que integravam a comemoração. No discurso veiculado pelo colunista do *Diário de S. Paulo* a recompensa simbólica aparecia associada fortemente à recompensa financeira da profissão, ao passo que nos editoriais da *Folha* era apresentada como uma forma de dissimular as péssimas condições de exercício do magistério.

Ao anunciar a oficialização da data no estado de São Paulo (em 1948), Elisiário de Sousa – colunista do *Diário* – interpretou o ato do governador de tornar o dia 15 de outubro feriado escolar como um sinal de que o Estado pretendia conduzir “o professor na posição que de justiça lhe cabe” – a qual, ao seu ver, não se traduzia apenas numa “remuneração condigna”, mas também num maior prestígio social. Nos anos subseqüentes, o colunista tomava a projeção alcançada pela comemoração como indicativo do reconhecimento de diferentes esferas da sociedade quanto à importância do trabalho docente para o desenvolvimento nacional. Na maioria das vezes, ele se queixava da negligência por parte dos poderes públicos e da população no tocante às homenagens à categoria, alertando, em 1949, para a frustração do magistério com o impacto causado pela oficialização da data. Sousa ressaltou, ainda, que a sua inclusão no “calendário cívico-escolar” não fora resultado de uma ação espontânea do Estado, mas sim fruto de uma campanha das associações docentes que contou com a colaboração da imprensa. Embora afirmasse que a maior recompensa para um mestre era a amizade, a admiração e o progresso de seus alunos, o colunista lamentou que os pais brasileiros não se preocupassem em homenageá-lo, mencionando como exemplo a carta de um general americano na qual ele afirmava que os pais dos alunos deveriam se preocupar com a remuneração e o prestígio dos professores de seus filhos. Em suas próprias palavras:

Acontece, entretanto, que não basta existir a data, se não houver providências tendentes a consagrar a efeméride. Muita gente, talvez iludida com os homens da época, pensou que uma vez determinado o Dia do Professor, teria o mestre, a partir desse instante e em todos os 15 de outubro, a consagração que merece pelo muito que faz em favor da nacionalidade. Mas o que há, de fato, não é mais do que iniciativas isoladas das entidades de classe e, salvo raras exceções, como da direção do SESI, nada mais está sendo feito, no dia de hoje, para enaltecer a obra realizada pelo apostolado cívico do professor. Não faz mal. O mestre nunca contou com isso, mesmo, para prosseguir na sua profícua atividade educativa. A sua maior alegria reside em ver e sentir que as crianças e os adolescentes seus alunos progredem no aprendizado e se fazem seus amigos e admiradores. Quando mais tarde, encontra alguns desses alunos que lhe reverenciam a presença e lhe reafirmam a amizade, então tudo está pago, e bem pago. Sim, porque o justo e razoável seria, nesta data, reunirem-se não as entidades da classe, mas todos os pais e alunos das escolas de São Paulo e do Brasil [...] para as homenagens ao professor<sup>19</sup>.

Cerca de seis anos depois (em 1955), num tom bem mais enfático, o colunista do *Diário* referiu-se à expectativa de uma “nova era” para o magistério que havia sido criada com a oficialização do Dia do Professor e que foi totalmente frustrada pelo abandono ao qual foi relegada a categoria. Isto porque o governador Lucas Nogueira Garcez, no último ano de seu mandato (1954), havia vetado o projeto de reajuste salarial do professorado, enviado à Assembléia Legislativa em 15/10/1951. Baseado num estudo realizado por uma comissão constituída de representantes das associações docentes, este projeto gerou uma grande expectativa nos professores, pois permitiria uma melhora significativa em seus vencimentos. O próprio Elisário de Sousa realizou, em sua coluna, uma contagem regressiva para a chegada do Dia do Professor neste ano devido à previsão de envio do referido projeto nesta data. Além disso, em 1955, o seu sucessor (Jânio Quadros) havia anunciado apenas um abo-

---

19. E. R. de Souza. “Hoje é o Dia do Professor”, *Diário de S.Paulo*, “Educação e Ensino”, 16 out. 1949, Primeiro caderno, p. 6.

no de emergência para o magistério. Na mesma ocasião, ele também criticou a caracterização da docência como um sacerdócio, lembrando que o professor necessitava de recursos financeiros para sobreviver. Em seu dizer, quando se instituiu o Dia do Professor,

imaginaram os professores, na sua eterna e santa boa fé, revelando sensível ingenuidade, que novos rumos se abriam à vida do magistério [...]. Todos quiseram ver naquelas atitudes o princípio de nova era, na qual o professor viesse a ocupar o lugar que de direito e por justiça lhe cabe no conceito dos homens do governo, dos dirigentes das classes conservadoras e das profissões liberais, e do próprio povo. Ouviam-se, amiúde, [...] expressões que bem definem o estado de espírito do professor, como esta: – “Afim, parece que estão querendo compreender o valor de nosso trabalho e o alcance da missão de educar”. Mas a realidade está aí para mostrar que as coisas não mudaram muito. O professorado [...] esquecido e abandonado à própria sorte. [...] É preciso esclarecer que não nos referimos apenas à situação econômica da classe. Preferíamos, até, nesta oportunidade deixar de lado esse aspecto da vida do magistério, que já tem suscitado tantas tristezas e desilusões [...] Ouvimos falar, muitas vezes, [...] que o magistério é sacerdócio, é missão, é posto de sacrifício e de resignação. Por isso o professor precisa estar preparado para viver as penosas experiências que lhe imporá o missionarismo educativo. Com os olhos voltados para o sublime ideal de servir à Pátria, o mestre-escola deverá encontrar forças para suportar todas as provações. Isso tudo é muito bonito para discursos e festas cívicas. Mas a vida é muito diferente, principalmente para os que se dedicam exclusivamente ao magistério e têm família para sustentar. O professorado paulista, na verdade, está vivendo um Dia do Professor meio desanimado e muito triste, porque percebe que todo o seu trabalho, todo o seu esforço, toda a sua dedicação não têm contribuído, na medida das necessidades para recolocar o magistério no seu devido lugar. Entretanto, nada lhe abaterá a fé e a confiança na sua obra<sup>20</sup>.

---

20. E. R. de Souza. “Fé e confiança do professorado”, *Diário de S.Paulo*, “Educação e Ensino”, 15 out. 1955, Primeiro caderno, p. 6. Sobre as expectativas criadas em torno do referido projeto e também com a eleição de Garcez (professor universitário) no CPP, ver “O Governador-Professor: a *dignificação da classe* e o veto ao reajuste salarial” (Vicentini, 1997, pp. 113-123).

Mais de dez anos após a oficialização da data, Elisiário Rodrigues de Sousa expressou a sua indignação quanto ao fato de o Dia do Professor continuar a ser uma “festa em família” e de não ter conseguido assegurar o reconhecimento do Estado e da população em relação à importância da missão docente, ressaltando que nem o comércio havia se engajado na comemoração da data, apesar de ter interesse financeiro em vender presentes destinados aos professores. Na ocasião, ele também afirmou que “as flores, beijos e até pequenos presentes” dos alunos constituíam a maior alegria do mestre, mas lamentou que estes, à medida que o tempo passava, acabavam por esquecer de reverenciar os seus professores. A ênfase no valor da recompensa simbólica da profissão – expressa pela valorização do reconhecimento e do carinho dos alunos e de uma comemoração grandiosa do Dia do Professor – associava-se, no discurso de Elisiário Rodrigues de Sousa, a uma certa hesitação em reconhecer a importância da recompensa financeira da profissão; por exemplo, no artigo veiculado a propósito da data em 1952, ele afirmou

não será apenas com melhores vencimentos que os professores terão ânimo, forças e disposição para bem realizarem [...] a sua missão educativa. Se a remuneração constitui, sem dúvida, base de tranquilidade econômica ou financeira, é bem verdade, porém, que ela não basta ou não satisfaz integralmente, se não vier acompanhada de outras medidas indispensáveis de proteção, estímulo e assistência ao professor<sup>21</sup>.

Embora o colunista frequentemente reiterasse que a remuneração não era determinante para a péssima situação do magistério, ele muitas vezes apontou os baixos salários como a causa do seu desânimo para

---

21. E. R. de Souza. “Palavras sobre o Dia do Professor”, *Diário de S.Paulo*, “Educação e Ensino”, 16 out. 1959, Segundo caderno, p. 11. E. R. de Souza “Nossos votos no Dia do Professor”, *Diário de S.Paulo*, “Educação e Ensino”, 15 out. 1952, Primeiro caderno, p. 6. Quanto ao apelo comercial da data, na grande imprensa paulista, foi localizado apenas um anúncio lembrando a comemoração, mas sem fazer nenhuma referência à venda do produto, já mencionado: “Homenagem da Sheaffer Pen do Brasil ao Dia do Professor”, *Folha de S.Paulo*, 15 out. 1963, Primeiro caderno, p. 16.

comemorar a data e, em contrapartida, o êxito da campanha salarial empreendida ao longo de 1961 foi interpretado como um “progresso sensível” da categoria que ganhava “terreno a olhos vistos, ainda que sob o impulso de movimentos, campanhas e lutas sem tréguas”. Na verdade, a tentativa de dissimular o peso da recompensa financeira para o seu estatuto profissional articulava-se à imagem que Elisiário Rodrigues de Sousa veiculava da docência, fortemente vinculada ao apostolado, muito embora ele próprio em algumas ocasiões tenha criticado este tipo de caracterização. Assim, a hesitação em colocar em primeiro plano a retribuição econômica para a melhoria do estatuto profissional do professorado associava-se à descrição do mestre como um ser modesto, simples e humilde, para quem o progresso e a estima de seus alunos consistiam na sua maior alegria, que exaltava sempre a fé e o entusiasmo com que ele enfrentava as adversidades com as quais se deparava ao longo de sua carreira. Essa imagem da categoria veio à tona no artigo em que Rodrigues de Sousa lamentou que, em 1962, o Dia do Professor transcorresse “inexplicavelmente sem as pompas e as comemorações dos anos anteriores”. O colunista, entretanto, reiterou a sua “confiança nos destinos do magistério” que mesmo sem as “pompas” e esquecimento “do próprio Professor do Ano”, tinha “consciência de seu valor, da dignidade da sua ação social e do que é capaz de realizar, ainda quando lhe faltem estímulos comemorativos”<sup>22</sup>.

Numa perspectiva contrastante, os editoriais da *Folha*, nos editoriais sobre o Dia do Professor desqualificavam quase que completamente as atividades que constituíam a sua celebração (discursos, entrega de medalhas etc.), alegando que essas eram destituídas de sentido diante do descaso do Estado quanto à situação do magistério. O jornal criticava esta contradição, ironizando os discursos proferidos nessas ocasiões pelo uso de “lugares-comuns” para exaltar a profissão docente. Ao co-

---

22. E. R. de Souza. “Nossa mensagem no Dia do Professor”, *Diário de S.Paulo*, 15 out. 1961, “Educação e Ensino”, Segundo caderno, p. 8. E. R. de Souza “Fé e confiança nos destinos da educação e do magistério”, *Diário de S.Paulo*, “Educação e Ensino”, 16 out. 1962, Segundo caderno, p. 7.

mentar a oficialização da data em 1948, a *Folha da Manhã*<sup>23</sup> alertou para a necessidade de um plano para o desenvolvimento do ensino que, ao invés de permitir a criação de escolas normais e ginásios em excesso ocasionando uma “superprodução de professores”, buscasse ampliar o curso primário e eliminar o trespdobramento do horário dos grupos escolares. Em 1951<sup>24</sup>, quando os professores aguardavam que o então governador Garcez enviasse o projeto de reajustamento de seus vencimentos, sob especulações de que o aumento seria pago em duas parcelas, o editorial da *Folha* desqualificou as “bonitas frases” acerca do apostolado do magistério, dizendo que elas já eram recebidas “com um sorriso sarcástico” pela categoria devido ao contraste com a ausência de medidas efetivas em prol da melhoria da sua “situação de patente e visível inferioridade, tanto no serviço público como no campo do ensino particular, em relação a outros profissionais de formação idêntica ou menos difícil”. O jornal praticamente retomou esta argumentação no comentário sobre o Dia do Professor em 1955, lembrando que, no ano anterior, diversos setores do funcionalismo foram beneficiados, exceto o magistério, devido ao veto de Garcez ao referido projeto e que, em 1955, Jânio Quadros anunciou um abono de emergência com um caráter mais “de favor do que como satisfação a um direito”:

As comemorações do Dia do Professor [...] encontram o magistério em estado de espírito que não lhe permite receber com muito entusiasmo as homenagens que se anunciam. Se aos professores fosse dado pronunciar-se, certamente diriam que sessões solenes, desfiles, discursos, missas, medalhas de ouro etc. [...] é muito bonito mas não basta. Para uma classe que todos os anos ouve sonoras palavras de exaltação à sua missão, sem que se registrem atos paralelos e concretos de reconhecimento da importância dela, muito pouco podem significar homenagens como as que estão programadas em São Paulo<sup>25</sup>.

---

23. “Cuidemos do ensino primário”, *Folha da Manhã*, “Editorial”, 15 out. 1948, Primeiro caderno, p. 4.

24. “A expectativa do professorado”, *Folha da Manhã*, “Editorial”, 14 out. 1951, Primeiro caderno, p. 6.

25. “Franqueza com os professores”, *Folha da Manhã*, “Editorial”, 11 out. 1955, Primeiro caderno, p. 4.

Em 1956, a *Folha da Manhã*<sup>26</sup> destacou a melancolia e a frieza que marcaram o Dia do Professor, pois para o jornal não havia motivo para comemorar em parte por causa do magistério particular, devido à greve realizada em setembro pelo atraso no pagamento da suplementação salarial advinda do FNEM, e em parte por causa dos professores públicos que ainda estavam sob o impacto da frustração causada pela “falseta do ano anterior”, quando o governador não concedeu o abono de emergência anunciado. Por ocasião da primeira greve do magistério paulista deflagrada em 15 de outubro de 1963, a *Folha* dirigiu duras críticas a Adhemar de Barros, dizendo que, em vez de “mensagens ocas” sobre a docência, o governador deveria ter enviado à Assembléia Legislativa a mensagem com o aumento salarial reivindicado pela categoria:

O governador requintou-se no uso de comoventes lugares-comuns, começando por dirigir-se ao “esclarecido professorado de São Paulo” [...]. A seguir, proclama não ignorar “as preocupações que afligem a devotada classe” [...] Em tempo, “o esclarecido professorado de São Paulo”, “a devotada classe”, “o abnegado mestre paulista”, no seu dia, “tão grato no coração de todos nós”, não estava interessado em mensagens ocas desse tipo. Esperava outra mensagem que, concedendo padrões de vencimentos condignos ao magistério, lhe restituísse o estímulo que começa a perder<sup>27</sup>.

Após o Golpe Militar de 1964, o jornal renovou suas críticas a Adhemar de Barros, que se associou à “justa e meritória homenagem” prestada em 15 de outubro ao professorado, lembrando mais uma vez que as suas “bonitas palavras” não se coadunavam com a política adotada com relação à categoria, pois além do atraso no pagamento dos professores secundários contratados havia ocorrido uma série de demissões de professores universitários sem a devida explicação. No dizer do editorialista,

---

26. “O melancólico *Dia do Professor*”, *Folha da Manhã*, “*Editorial*”, 16 out. 1956, Primeiro caderno, p. 4.

27. “Frases”, *Folha de S.Paulo*, “*Editorial*”, 16 out. 1963, Primeiro caderno, p. 4.

Palavras, bonitas palavras, que não escondem aquilo que ainda ontem frisamos nesta página: a existência em São Paulo de um lamentável estado de hostilidade contra a inteligência, a cultura e a ciência. Pois o Dia do Professor transcorre desta vez antes de se apagarem os ecos do mal-estar gerado pela demissão de vários professores universitários, sem que se tivesse esclarecido amplamente [...] os motivos da punição. Não é só isso. Ainda nesta página publicamos ontem também (em Cartas à Redação) a “reza” de um professor que, entre jocoso e amargurado, implorava ao governador, em nome dos professores secundários contratados, “o pagamento dos nossos salários atrasados desde junho, a fim de que as nossas dívidas sejam perdoadas e possamos pagar o pão de cada dia para nossos filhos”<sup>28</sup>.

Assim, no discurso veiculado pela grande imprensa paulista a respeito desse tipo de comemoração, ora a recompensa simbólica aparecia como signo de uma “nova era” para a categoria, na qual o reconhecimento dos poderes públicos quanto à importância de sua missão se traduziria numa melhor remuneração, ora era apresentada como uma forma de dissimular a deficiência de seus vencimentos e, até certo ponto, como algo antagônico a medidas concretas em prol da melhoria do seu estatuto profissional. No caso carioca, embora esse tipo de polêmica não tenha aparecido com a mesma intensidade e frequência, o jornalista IB Teixeira – responsável pela coluna “*Esse Rio aflito*” do *Última Hora* – em 1962 criticou duramente a exaltação da “sagrada missão de ensinar”, presente no discurso veiculado pela associação representativa do magistério primário a propósito do Dia do Professor, pelo fato de omitir-se quanto à precariedade das condições de trabalho nas escolas elementares do estado da Guanabara. Desse modo, o colunista acabou por questionar as implicações de uma concepção acerca da profissão que, ao enaltecer o caráter missionário da docência, valorizava os aspectos relativos à recompensa simbólica da ocupação, excluindo qualquer referência às condições de trabalho e à sua remuneração:

---

28. “Dia do Professor”, *Folha de S.Paulo*, “Editorial”, 15 out. 1964, Primeiro caderno, p. 4.

Hoje é Dia do Mestre. A presidente da União das Professoras Primárias, D. Elinda Mendonça, já divulgou uma nota oficial, em que saúda “todas aquelas que, no Brasil, cumprem a sagrada missão de ensinar”. Há 10 anos D. Elinda diz essas coisas. Na Assembléia Legislativa, D. Lígia Lessa Bastos recitará seu discursinho. [...] É muito fácil a gente adivinhar o que D. Lígia vai dizer: é sagrada a missão de ensinar. [...] Embora isto desgoste a D. Lígia e a D. Elinda, este repórter gostaria de meter a sua colher de pau na sagrada matéria. Para começo de conversa, o Rio Aflito diria que não é muito bonito falar da “sagrada arte de ensinar” quando se esquece de mencionar coisas muito importantes relacionadas com a “sagrada arte de ensinar”. [...] Temos [...] de cara esse disparate: uma professora primária para 50 crianças! [...] Convenhamos que em tais circunstâncias, a arte de ensinar não pode ser muito sagrada... as professoras que [na verdade] lecionam para 80 alunos (daí o sistema de “dobra”. E “dobra” não remunerada!) não lecionam apenas. Elas controlam a merenda escolar, a contabilidade da caixa escolar, as cooperativas etc. [...] Para tanto mister a professora ganha [...] pouco mais de 20.000 cruzeiros! Ou menos bem menos que o próximo salário mínimo...<sup>29</sup>.

Embora se tratasse de uma opinião isolada, Teixeira, de forma contundente, criticou a visão fortemente idealizada da docência exaltada por ocasião do Dia do Professor, procurando tornar a data uma oportunidade para expor os problemas enfrentados pelo professorado primário oficial, sobre os quais a entidade representativa desse segmento da categoria insistia em silenciar, diferentemente do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro que, ao celebrar a data, não deixava de denunciar a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho dos professores nas escolas particulares. Fortemente atrelada à recompensa simbólica da profissão, a comemoração do Dia do Professor acabou por constituir uma oportunidade para se falar da necessidade da recompensa financeira, sem deixar de evidenciar a ambigüidade com que esta dimensão da docência era tratada. Completamente ausente quando se louvava a ab-

---

29. “No Dia do Mestre”, *Última Hora*, “*Esse Rio aflito – IB Teixeira*”, 17 out. 1962, Primeiro caderno, p. 3.

negação dos professores que haviam dedicado a vida inteira ao magistério, mencionada com certa hesitação por aqueles que lhe atribuíam a mesma importância do reconhecimento simbólico e abertamente defendida pelo movimento reivindicativo que se intensificou a partir de meados dos anos 1950, a recompensa financeira foi representada de maneira contrastante nos discursos veiculados durante o período estudado a propósito do 15 de outubro que, evidentemente, deixavam entrever concepções distintas acerca da docência. Objeto das disputas travadas no campo educacional em torno das tentativas de definir a identidade da categoria, a data – tanto pelos discursos produzidos a seu respeito quanto pelas diversas formas de celebrá-la – acabou por difundir diferentes imagens da profissão, assumindo múltiplos significados. Originalmente concebida para que as pessoas expressassem a sua gratidão ao seu primeiro mestre – geralmente relegado ao anonimato e ao esquecimento –, incorporou novos significados que se sobrepuseram ao inicial, mas sem anulá-lo. Homenagens a professores tidos como exemplares e festas de conagração das mais diversas iniciativas associaram-se às lembranças do primeiro mestre na celebração do 15 de outubro que, a partir de meados dos anos 1950, começou a contar com protestos da categoria contra os baixos salários. Desse modo, práticas que alteraram o significado original do Dia do Professor e que representavam uma mudança no processo reivindicatório do magistério passaram a se contrapor à aparente atemporalidade das atividades tradicionais da comemoração.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de (org.) (1996). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- AZEVEDO, Fernando (1976). *A transmissão da cultura: 3ª parte da obra A Cultura Brasileira*. Brasília/São Paulo: INL/Melhoramentos.
- BARREIRA, Luis C. “Everaldo Adolpho Backheuser (verbete)”. In: FÁVERO, M. de L. de A. & BRITTO, J. de M. (1999). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, pp. 175-181.

BEISIEGEL, Celso de Rui (1974). *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (1990). *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917–1939)*. São Paulo: Editora Loyola.

BOURDIEU, Pierre (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

\_\_\_\_\_. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (1996). *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia (1980). *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal O Estado de S.Paulo)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (1986). *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924–1931)*. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (1989). “O novo, o velho e o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira*”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 71, pp. 29-35, nov.

CHARTIER, Roger (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (1991). “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 11, n. 5, pp. 173-191.

\_\_\_\_\_. (1998). *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Éditions Albin Michel.

COELHO, Ricardo B. Marques (1988). *O sindicato dos professores e os estabelecimentos particulares de ensino no Rio de Janeiro (1931-1950)*. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói.

ENGUITA, Mariano F. (1991). “A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização”. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, pp. 41-60.

FERREIRA, Rodolfo (1998). *Entre o sagrado e o profano*. Rio de Janeiro: Quartet.

JOIA, Orlando & KRUPPA, Sonia (org.) (1993). *APEOESP 10 anos (1978-1979): memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo: CEDI.

KRUPPA, Sonia (1994). *O movimento dos professores em São Paulo – o sindicalismo no serviço público, o Estado como patrão*. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (2001). *As grandes festas didáticas – a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

LEAL, Carlos Eduardo & FLAKSMAN, Dora (1984). “*Correio da Manhã* (verbetes)”. In: ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930–1983)*, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, pp. 945-951.

LEAL, Carlos Eduardo & FLAKSMAN, Dora (1984). “*Última Hora* (verbetes)”. In: ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930–1983)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, pp. 3390-3394.

LUGLI, Rosario S. Genta (1997). *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964–1990)*. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.

MATOS, Heloísa Maria Leiras (1985). *Análise do ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro: caracterização sócio-político-pedagógica de três administrações públicas 1946-51; 1960-65 e 1975-79*. Dissertação (Mestrado) – PUC-RJ, Rio de Janeiro.

MORIN, Viollete (1961). “Le voyage de Khroucheviev em France: essai d’une méthode d’analyse de la presse”. *Communications*, Paris, n. 1, pp. 81-107.

NÓVOA, António (1992). “A Educação Nacional (1930-60)”. ROSAS, F. (coord.). *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 455-519.

OZOUF, Mona (1976). “A festa: sob a Revolução Francesa”. LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 216-232.

SANTOS, Paula Martini (1994). *A expansão escolar pública primária e seus significados no estado da Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói.

SODRÉ, Nelson Werneck (1966). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

SPOSITO, Marília Pontes (1984). *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola.

TASCHNER, Gisela (1992). *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VEIGA, Cynthia & GOUVEIA, Maria Cristina Soares (2000). “Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 26, n. 1, pp. 135-160, jan.-jun.

VICENTINI, Paula Perin. (1997). *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2002). *Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-63)*. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo.